

A censura “catequística”



ESTHER MUCZNIK

A Associação República e Laicidade defende a visão ideológica muito “progressista” dominante no nosso ensino onde estão presentes todos os temas do “politicamente correcto”, tais como o racismo, o colonialismo, o imperialismo, o apartheid, o pacifismo, mas na qual o concreto dessas noções é substituído pela proclamação de generalidades bem-pensantes e por apelos ociosos à paz e à concórdia universais

A três dias da comemoração do Natal, acende-se hoje a oitava e última vela de Hanucá – a celebração judaica que, por desconhecimento, alguns chamam “Natal dos judeus”. Com efeito, Hanucá nada tem a ver com o Natal, a não ser o facto de acontecer normalmente no mês de Dezembro. É uma festa cuja celebração anual evoca o combate milenar judaico contra a assimilação e o aniquilamento espiritual.

Esta celebração, descrita nos Livros 1 e 2 dos Macabeus do Antigo Testamento, tem por base a insurreição judaica, no ano de 168 antes da era cristã, contra a helenização forçada da Judeia. Com efeito, à relativa tolerância religiosa vigente no reinado de Alexandre, o Grande, sucede – com a morte deste e a divisão do seu império – a tentativa de impor, na Judeia, a uniformidade religiosa e cultural, sob a cultura e religião helénicas. É assim proibida a celebração do Shabat, a circuncisão, a alimentação kosher, ritualmente pura, e sobretudo é profanado e saqueado o Templo de Jerusalém e, no seu seio, celebrado o culto de Zeus. Diz o Livro dos Macabeus que perante esta “abominação da desolação (...), a própria Terra se comoveu com a consternação dos seus habitantes e a Casa de Jacob cobriu-se de vergonha”. Mas a “vergonha” transforma-se em revolta, a revolta em insurreição, e, contra todas as probabilidades, sai vitoriosa: Jerusalém é libertada e o Templo inaugurado – daí o nome de Hanucá, que significa inauguração – no ano de 165 antes da era cristã. É este “milagre” da vitória

PÚBLICO 22-12-2006

da sobrevivência espiritual, simbolizado pelas luzes de Hanucá, que o mundo judaico comemora anualmente, acendendo velas durante oito dias.

Será que 2200 anos depois, este combate ainda é actual? Será que em sociedades abertas, livres e democráticas, onde cada um pode livremente praticar a sua fé e viver plenamente a sua cultura, ainda é necessária a sua defesa? Contra todas as expectativas, a resposta é afirmativa.

Evidentemente, já não se trata do perigo de instituição do culto de Zeus ou de qualquer outro em sinagogas, igrejas ou mesquitas. Muitos templos judaicos e islâmicos foram transformados em igrejas nos séculos XIV, XV e XVI e a Inquisição perseguiu ferozmente todas as “heresias”. Mas, no Ocidente, essa forma de aniquilamento espiritual foi tornada caduca pelos valores da liberdade e em particular da liberdade religiosa, da separação do Estado e religião e da secularização da sociedade. Nas sociedades de pluralismo cultural e religioso de hoje, ela foi substituída pelo laicismo “politicamente correcto” – porque actua em nome da tolerância face aos outros credos –, que exerce de facto uma função persecutória, obviamente, não sobre as pessoas do ponto de vista físico, mas sim sobre o pensamento.

Senão como qualificar esta vaga – que seria ridícula, senão fosse de mau agoiro – que se tem manifestado nalguns países europeus, no sentido de proibir ou “banir” os festejos de Natal em escolas e em empresas e até os cartões a desejar Bom Natal? Como qualificar a proibição e suspensão de uma funcionária da British Airways por usar uma cruz ao peito? Como qualificar, em Portugal, o protesto da Associação República e Laicidade contra a “demissão” do Ministério da Educação em contrariar actividades de tipo “catequístico” como seja a inserção numa revista de professores do 1º e 2º ciclo do Ensino Básico de uma representação do nascimento de Jesus, sob pretexto da incapacidade dos mesmos de “trabalhar” e “aprofundar” com as criancinhas as questões metafísicas que essa representação coloca e que a Associação exemplifica assim no seu site: “Deixamos aqui algumas perguntas que se nos afiguram tão difíceis quanto pertinentes: Que é ‘ficar grávida’? Como acontece a ‘gravidez’? Haverá três tipos de inseminação – a ‘natural’, a ‘artificial’ e a ‘sobrenatural’? Que é ‘Deus’?”... E assim por diante. Mais uma vez, seria apenas ridículo, senão fosse evidente a má-fé, porque é óbvio que nenhum professor no seu perfeito juízo se vai pôr a explicar essas noções a crianças entre os seis e dez anos de idade. Mas acima de tudo será que uma tradição e uma cultura se transmitem, sobretudo a crianças, pela

PÚBLICO 22-12-2006

explicação de conceitos? A resposta é evidente e só quem não tem a mínima noção do que é a educação e a transmissão de valores pode colocar as questões nesse pé... Mas a associação vai mais longe: propõe substituir a comemoração “catequística” do Natal pela celebração da “paz e a solidariedade entre os homens, numa perspectiva claramente humanista”, conceitos em sua opinião certamente muito mais simples de explicar...

Na verdade, o que a Associação República e Laicidade defende é uma visão ideológica muito “progressista” dominante no nosso ensino onde estão presentes todos os temas do “politicamente correcto”, tais como o racismo, o colonialismo, o imperialismo, o apartheid, o pacifismo, mas na qual o concreto dessas noções é substituído pela proclamação de generalidades bem-pensantes e por apelos ociosos à paz e à concórdia universais...

A laicidade, tal como vem expressa na lei de liberdade religiosa, implica a neutralidade religiosa do Estado, mas não a evacuação da religião do espaço público. A confusão entre as duas noções característica daquela associação tende a transformá-la numa espécie de fiscal de vigilância do espaço público, atento ao menor indício de expressão “catequística”. Nessa ordem de ideias, não terá sido o acender público do candelabro de Hanucá no Porto, no passado fim-de-semana, também uma transgressão da laicidade? Ou a cedência do espaço camarário Fórum de Lisboa à comunidade judaica de Lisboa para a comemoração da mesma festa?

Não é o caso em Portugal, mas o argumento invocado noutros países de não comemorar o Natal para não ofender os outros crentes, nomeadamente de religião islâmica, não colhe. A liberdade religiosa é feita da expressão plural das diversas confissões, não do silenciamento “igualitário” de todas. É evidente que essa liberdade não é absoluta. São sempre necessários compromissos entre os valores universais e as identidades particulares, entre os valores, os costumes e as tradições que constituem o cimento necessário à coesão social e espiritual de uma determinada sociedade e as expressões minoritárias. Mas, contrariamente à tendência actual, esse compromisso não se obtém através do rolo compressor do laicismo, apagando a riqueza da diversidade, mas sim através de uma negociação permanente, base de qualquer sociedade democrática. ■